

INVESTIGAÇÃO

“Chamo de operação para te esculachar”

Bolsonaro nega adulteração de cartão de vacina e diz sofrer “pressão enorme”

» ÁNDREA MALCHER

O ex-presidente Jair Bolsonaro negou ter adulterado o cartão de vacinação, após uma operação de busca e apreensão da Polícia Federal na casa dele, em Brasília. A ação investiga possível fraude em dados do Ministério da Saúde. O ex-chefe do Executivo também teve o celular apreendido.

“Não existe adulteração da minha parte. Não tomei a vacina. Ponto final. Em momento algum falei que tomei a vacina, e não tomei”, afirmou Bolsonaro a jornalistas, em frente a sua casa, em um condomínio no Jardim Botânico.

Segundo Bolsonaro, a ex-primeira-dama Michelle, que também é citada no caso, se imunizou nos Estados Unidos, em 2021. “Ela tomou a vacina nos Estados Unidos, da Janssen. E outra: minha filha, que eu respondo por ela, a Laura, de 12 anos, não tomou a vacina também. Fico surpreso com a busca e apreensão por esse motivo”, argumentou.

Já em entrevista à *Jovem Pan*, Bolsonaro ressaltou ter percebido “constrangimento” de agentes durante a operação. “Fui tratado muito bem. Em nenhum momento houve exagero, voz alta, falta de educação”, relatou. “Senti constrangimento em alguns policiais federais”, acrescentou.

Conforme o ex-chefe do Executivo, a decisão de não se imunizar contra a covid-19 ocorreu após “ler o que chamo de bula da Pfizer”. O ex-chefe do Executivo também explicou, mais uma vez, que Michelle se vacinou nos Estados Unidos. “Ela passou mal logo ao voltar ao Brasil. Ano passado, voltou a ter uma crise, que o médico chegou a falar que foi por conta da vacina”, frisou.

Sobre Laura, destacou que, quando a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorizou a vacinação para crianças de 5 a 12 anos, ele escolheu

Reprodução/Jovem Pan



Bolsonaro chorou na entrevista: “Mexer comigo, sem problema, agora, quando vai para esposa, filho...”



Não existe adulteração da minha parte. Não tomei a vacina. Ponto final. Em momento algum falei que tomei a vacina, e não tomei”

Jair Bolsonaro, ex-presidente da República

não imunizar a filha por ainda ser uma “vacina experimental”.

“Quando a Anvisa falou que ia abrir a vacina para crianças de 5 a 11 ou 12 anos, eu liguei lá (...) e falei: ‘Mas aqui está entre possíveis efeitos colaterais palpitações, dor no peito e falta de ar’. E perguntei: ‘O médico vai fazer o

que para conter esses sintomas?’. Então, minha filha não vai tomar a vacina, é experimental a vacina”, contou. “Minha filha, atualmente, tem um atestado médico que ela está dispensada de tomar vacina.”

Perseguição

O ex-chefe do Executivo reclamou de perseguição. “Chamo de operação para te esculachar. Podia perguntar sobre vacina para mim, sobre cartão, eu respondia, sem problema nenhum. Agora, é uma pressão enorme 24 horas por dia, o dia todo, desde antes de eu assumir a Presidência até agora, não sei quando isso vai acabar”, afirmou, chorando. “Por que eu fico emocionado? Mexer comigo, sem problema, agora, quando vai para esposa, filho...”

Ele também argumentou que ia viajar “a um país europeu, talvez a Itália” e perguntou

se o país exigia vacinação contra a covid-19. “Se é assim (obrigatório o comprovante), eu não viajo.”

“O tratamento dispensado ao chefe de Estado é diferente do cidadão comum. Tudo é acertado antecipadamente, e em minhas idas aos Estados Unidos, em nenhum momento foi exigido meu cartão vacinal”, sustentou.

Pelo Instagram, Michelle afirmou desconhecer o motivo da operação. Ela enfatizou que os advogados não tiveram acesso aos autos. “Hoje (ontem), a PF fez uma busca e apreensão na nossa casa, não sabemos o motivo, e o nosso advogado não teve acesso aos autos”, escreveu. “Apenas o celular do meu marido foi apreendido. Ficamos sabendo, pela imprensa, que o motivo seria ‘falsificação de cartão de vacina’ do meu marido e de nossa filha Laura. Na minha casa, apenas eu fui vacinada”, acrescentou.

Defesa: depoimento será remarcado

» FERNANDA STRICKLAND
» VÍCTOR CORREIA

O assessor do ex-presidente Jair Bolsonaro, Fábio Wajngarten, afirmou que o ex-chefe do Executivo só vai depor à Polícia Federal após a defesa ter acesso aos autos do inquérito sobre suspeita de fraude na carteira de vacinação. A oitiva deveria ter ocorrido ontem.

“A gente recebeu cópia do processo, de quase 200 páginas, e vai virar a noite estudando capa a capa. Razão pela qual, o depoimento de Bolsonaro foi adiado a pedido da defesa. Tão logo a defesa tenha total ciência dos fatos, será agendado um depoimento”, afirmou ele, ao lado do advogado do ex-chefe do Executivo, Marcelo Bessa.

Wajngarten destacou que, “se tem um assunto que é de domínio público, é a decisão do presidente sobre a vacinação”. “Todo mundo sabe que o presidente não se vacinou, todos sabem que o cartão de vacinação do presidente foi objeto de hackeamentos. Diante disso, a defesa vai estudar o que se encontra nos autos. No momento oportuno, vai se manifestar sobre o agendamento do depoimento do presidente”, declarou.

De acordo com Wajngarten, desde 2021 há acusações de que Bolsonaro teria tomado alguma vacina. “Não tem sentido, porque a eventual data constou que o presidente estava em São Paulo quando, na realidade, ele estava em Brasília”, disse.

Ele destacou, também, que “o passaporte está em posse do ex-presidente”. Outro ponto esclarecido pelo assessor foi a respeito do celular apreendido pela



Fernanda Strickland/CB/D.A. Press

Wajngarten: “Todos sabem que o cartão de vacinação do presidente foi objeto de hackeamentos”

Polícia Federal. “O presidente cedeu o telefone dele, e para esclarecer de pronto aqui, o telefone dele não tinha senha. Está na PF, fruto da entrega voluntária do presidente”, enfatizou. Segundo Wajngarten, o telefone da ex-primeira dama Michelle Bolsonaro e da filha, Laura, não foram apreendidos.

“Pescaria”

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) foi à tribuna da Casa crítica a operação da Polícia Federal contra o ex-presidente Jair Bolsonaro. Ele a classificou de “pescaria” para tentar incriminar o ex-chefe do Executivo por “qualquer coisa”. Também questionou o motivo de a ação sobre vacinas ocorrer no âmbito do inquérito das milícias digitais,

relatada pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

“É uma espécie de pescaria. Você joga uma rede, joga uma tarrafa, puxa e vê o que vem agarrado nela. Como não conseguem achar nada, vamos tomar o telefone dele, vamos à casa dele, para ver se a gente acha algo que pode incriminá-lo por qualquer coisa. Não precisa ter relação com o inquérito, não”, discursou.

O parlamentar alegou que a decisão de não se vacinar foi opção do ex-chefe do Executivo, e que o pai não teria motivo para falsificar o cartão, já que nunca precisou apresentá-lo ao viajar a outros países quando estava no cargo.

Flávio disse ainda que a irmã, Laura, de 12 anos, não foi imunizada por recomendação médica.

“Não sei qual é a causa, pode ser alergia a algum produto que tinha na vacina”, alegou.

Costa Neto

O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, também saiu em defesa de Bolsonaro. Segundo ele, o ex-presidente é uma pessoa “íntegra, que melhorou o país e procurava sempre seguir a lei”.

“Confiamos que todas as dúvidas da Justiça serão esclarecidas e que ficará provado que Bolsonaro não cometeu ilegalidades”, escreveu o presidente do PL no Twitter.

Em entrevista a jornalistas, o deputado federal Altineu Côrtes (PL-RJ), líder da legenda na Câmara, disse que o ex-chefe do Executivo ficou chateado após saber da operação. “Se ele não se vacinou, não pode ter fraude no cartão de vacina”, frisou.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Maurenilson Freire



Devagar com o “vacinogate”, que o santo é de barro

Nem regulamentação das fake news, nem arcabouço fiscal, nem reforma tributária. A agenda política do país, ontem, foi um caso de polícia: a Polícia Federal fez buscas na casa do ex-presidente Jair Bolsonaro em Brasília e prendeu o ex-ajudante de ordens dele, tenente-coronel Mauro Cid Barbosa, e outros cinco suspeitos, por fraudes em atestados de vacina. Convocado, Bolsonaro decidiu não comparecer à sede da Polícia Federal para prestar depoimento e passou o dia em reuniões na sede do PL, no Setor Hoteleiro Norte de Brasília.

Autorizada pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), no guarda-chuva do inquérito sobre “milícias digitais”, a operação foi solicitada pela Polícia Federal, a partir de uma investigação iniciada pela Controladoria-Geral da União (CGU), no dia 30 de dezembro, sobre fraudes na emissão de atestados de vacinas pelo SUS. Os cartões de vacinação do Bolsonaro e da filha de 12 anos foram emitidos em 21 de dezembro passado, antes da viagem aos EUA (no penúltimo dia de mandato). Os dados foram retirados do sistema em 27 do mesmo mês, segundo relatório da Polícia Federal. Bolsonaro nunca admitiu que se vacinou.

Policiais chegaram nas primeiras horas da manhã de ontem ao condomínio onde o ex-presidente da República mora desde que voltou ao Brasil, em março. O magistrado autorizou que equipamentos de informática e celulares fossem recolhidos. O tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens da Presidência, foi preso; o ex-vereador do Rio de Janeiro Marcelo Siciliano, o deputado federal Gutemberg Reis de Oliveira (MDB-RJ) e o médico Farley Vinicius Alcântara também são acusados de envolvimento no esquema.

Além de Mauro Cid, foram detidos o sargento Luís Marcos dos Reis, que era da equipe de Mauro Cid; o ex-major do Exército Ailton Gonçalves Moraes Barros; o policial militar Max Guilherme, que atuou na segurança presidencial; o militar do Exército Sérgio Cordeiro, que também atuava na proteção pessoal de Bolsonaro; e o secretário municipal de Governo de Duque de Caxias (RJ), João Carlos de Sousa Brecha. A PF também pediu busca e apreensão contra a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, mas o ministro Alexandre de Moraes negou.

O “vacinogate”, como está sendo chamado ironicamente, pode tornar ineleável o ex-presidente Jair Bolsonaro. Infração de medida sanitária preventiva, associação criminosa, inserção de dados falsos em sistemas de informação e corrupção de menores são os crimes investigados. Entretanto, o senso comum entre os políticos ontem, no Congresso, era de que o ministro Alexandre de Moraes havia exagerado ao determinar a busca e apreensão na casa do ex-presidente da República. Mesmo entre os petistas, gatos escaldados, havia preocupação em relação ao inquérito. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), em entrevista ontem, afirmou que é preciso haver cautela em relação ao caso.

Vitimização

A falsificação de um certificado de vacinação é grave ética e moralmente, mas isso Bolsonaro não admite em nenhuma hipótese, nem atribui a terceiros. Simplesmente diz que desconhece o caso. Segundo o senador Eduardo Gomes (PL-TO), que foi líder de seu governo no Congresso, o fato não muda em nada a imagem de Bolsonaro, porque suas posições contra a vacina e seu negacionismo em relação à covid-19 são notoriamente conhecidas. “Ele pode até ter pedido a eleição por causa disso, mas agora isso não significa mais nada”, minimizou. Segundo o ex-líder governista, o celular de Bolsonaro não tinha senha: “Ele não tem nada a esconder”.

O caso dos atestados de vacina nem de perto se compara ao Watergate, um dos maiores escândalos da história da política dos Estados Unidos. Começou quando cinco homens foram presos tentando invadir a sede do Partido Democrata com o intuito de plantar escutas telefônicas, em junho de 1972. Dois jornalistas do *The Washington Post* — Carl Bernstein e Bob Woodward — começaram a investigar os detalhes, e um informante do FBI, conhecido como “Garganta Profunda”, auxiliou os jornalistas a descobrirem que o então presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, sabia do caso. Investigado, por tentar obstruir a investigação, foi aberto um processo de impeachment contra Nixon, que acabou renunciando ao mandato.

Bolsonaro não é mais presidente, mas ainda conta com muito prestígio popular e uma base de apoio robusta no Congresso, a ponto de forçar o presidente da Câmara, Arthur Lira, a pedir moderação na condução das investigações: “A gente já viveu momentos de instabilidade, e a Justiça precisa agir com tranquilidade, ater-se aos fatos”. Segundo ele, é preciso ver como “isso vai chegar ao final sem maiores problemas políticos”. O caso do atestado de vacina mobiliza a bancada bolsonarista e seus eleitores, que pressionam Lira.

Como toda investigação policial, o caso deixa um rastro e tem uma motivação, porém ainda não sabe onde vai dar. A apreensão de dinheiro vivo na casa do ex-ajudante de ordens do presidente da República e um preso que diz ter informações sobre o caso do assassinato da vereadora carioca Marielle Franco (PSol) podem mudar o rumo das coisas. A apreensão de celulares e outros documentos também pode revelar outras conexões, inclusive com os episódios do 8 de janeiro. Apesar disso, mesmo no Palácio do Planalto, há preocupação quanto às consequências políticas e eleitorais da “vitimização” de Bolsonaro, que ativa as emoções dos militantes bolsonaristas e cria um ambiente de desconforto entre os políticos, que já começam a questionar supostos “excessos” na atuação do ministro Alexandre de Moraes.